

O MEDITERRÂNEO MEDIEVAL RECONSIDERADO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

NÉRI DE BARROS ALMEIDA
ROBSON DELLA TORRE
(ORG.)

*O Mediterrâneo medieval
reconsiderado*

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

M469

O Mediterrâneo medieval reconsiderado / organização: Néri de Barros Almeida e Robson Della Torre. – Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2019.

1. Idade Média – História – 500-1500. 2. Antiguidade tardia. 3. Cristianismo. 4. Islamismo. 5. Mediterrâneo, Mar, Região. I. Almeida, Néri de Barros. II. Della Torre, Robson. III. Título.

CDD – 940.1
– 930
– 261
– 297
– 909.09822

ISBN 978-85-268-1506-3

Copyright © Néri de Barros Almeida e Robson Della Torre (org.)
Copyright © 2019 by Editora da Unicamp

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à
Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: UM MEDITERRÂNEO MEDIEVAL.....	7
<i>Néri de Barros Almeida e Robson Della Torre</i>	
1. CONCEITUALIZANDO A “HISTÓRIA DO MEDITERRÂNEO”: PERSPECTIVAS MEDIEVALÍSTICAS SOBRE UMA CATEGORIA MULTIFACETADA.....	15
<i>Daniel König</i>	
2. A AMBIGUIDADE DOS LIMITES MEDITERRÂNICOS DO IMPÉRIO ROMANO: O EXEMPLO DA ÁFRICA DO NORTE NO FINAL DA ANTIGUIDADE.....	59
<i>Stéphanie Guédon</i>	
3. UM MEDITERRÂNEO TARDO-ANTIGO E MEDIEVAL TEOLOGICAMENTE INTEGRADO? A POLÊMICA ENTRE NESTÓRIO DE CONSTANTINOPLA E CIRILO DE ALEXANDRIA (428-434).....	83
<i>Robson Della Torre</i>	
4. BIZÂNCIO E O OCIDENTE MEDITERRÂNICO: RELAÇÕES DE PODER ENTRE CONSTANTINOPLA E OS GODOS NOS SÉCULOS V E VI.....	129
<i>Renato Viana Boy</i>	
5. O SŪQ MEDITERRÂNEO: COMÉRCIO E TROCAS AO REDOR DO MEDITERRÂNEO (600-1200).....	153
<i>Petra M. Sijpesteijn</i>	
6. O BARCO DE SÃO PEDRO E AS TORMENTAS DO MAR: RESPOSTAS PAPAIS ÀS TRANSFORMAÇÕES RELIGIOSAS DO MEDITERRÂNEO (SÉCULOS VII-XI).....	197
<i>André L. P. Miatello</i>	
7. MEDITERRÂNEO MEDIEVAL: A GEOGRAFIA DA GRAÇA.....	241
<i>Henri Bresc</i>	

8. ESCREVER A HISTÓRIA DOS “BÁLCÁS” NA ALTA IDADE MÉDIA (SÉCULOS VI-XII): TROCAS, CONFLITOS E MEMÓRIAS NAS MARGENS DA EUROPA	279
<i>Stéphane Gioanni</i>	
9. AS COMENDADORIAS TEMPLÁRIAS PROVENÇAIS: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE, EXPLORAÇÃO E EXPANSÃO PATRIMONIAL NO ESPAÇO MEDITERRÂNEO (SÉCULOS XII E XIII).....	303
<i>Bruno Tadeu Salles</i>	
CONCLUSÃO: AUSÊNCIA E PRESENÇA DO MEDITERRÂNEO MEDIEVAL.....	329
<i>Néri de Barros Almeida</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	355

APRESENTAÇÃO

UM MEDITERRÂNEO MEDIEVAL

Néri de Barros Almeida e Robson Della Torre

A representação da Idade Média dominante na memória histórica ocidental é fundamentalmente continental e europeia. Essa perspectiva se estabeleceu no sistema cultural a partir da disseminação das escolhas feitas pelos historiadores no momento em que precisaram decidir como construir a narrativa do conhecimento que adquiriram sobre o passado e, como tal, pode e deve ser relativizada. A coletânea *O Mediterrâneo medieval reconsiderado*, por sua vez, pretende suscitar no leitor uma percepção diferente da Idade Média, na qual o Mediterrâneo, muito mais do que uma porção ou outra do continente europeu nesse intervalo de mil anos, assumo o papel de protagonista e de articulador da experiência histórica dos mais diferentes povos que mantinham relações estreitas entre si, ainda que nem sempre harmônicas.

Essa “Idade Média mediterrânica” não pretende contar a história isolada de cada margem como tem acontecido regularmente. Pelo contrário, ela é aquela que permite afirmar que o Mediterrâneo nunca foi extirpado do destino de suas diferentes margens e que considera seriamente o impacto da interação entre suas margens nos destinos dessas regiões. Essa Idade Média mediterrânica é, portanto, aquela que recupera o que foi deixado de lado quando a opção pela Idade Média não mediterrânica se impôs, sendo, portanto, aquela dos testemunhos dos pontos de contato entre as diferentes culturas, religiões e formações políticas que circundam e transitam pelo Grande Mar. Tal forma de olhar para a Idade Média não deforma sua história, mas certamente a torna mais verdadeira na medida em que não teme a consideração da profundidade do impacto dos fatos de interação sobre o território líquido.

A história da Idade Média mediterrânica se faz fundamentalmente por meio de duas abordagens. Por um lado, uma história contada a partir das relações

entre as margens do Mediterrâneo – carregada de sentidos pátrios, territoriais e, portanto, políticos específicos. Por outro lado, uma história a partir dos eventos e situações experimentados em suas águas – em um espaço, portanto, que submete as experiências às inseguranças e às liberdades que decorrem da interdição dos espaços de origem dos sujeitos. Ambos os pontos de vista merecem atenção quando se trata de considerar o impacto do Mediterrâneo em processos tidos como latamente continentais. De ambos depende a narrativa da história extraordinária do homem medieval no mar e com o mar.

Este volume não pretende propor uma síntese dessa história, mas sim busca estabelecer algumas das questões que não apenas apontam como essa história pode vir a ser escrita, mas, sobretudo, a pertinência – mensurada pelo ganho interpretativo que daí decorre – da reintegração do Mediterrâneo à Idade Média. O objetivo aqui, portanto, não é apenas fazer a crítica à clássica tese de Henri Pirenne, segundo a qual a expansão muçulmana pelas margens oriental e austral do mar a partir do século VII suscitou conflitos de tal monta com os povos cristãos, tanto gregos como latinos, que ocupavam as margens ocidental e setentrional, que os contatos políticos, comerciais, culturais e religiosos se viram inviabilizados a partir de então, tornando-se o Mediterrâneo uma verdadeira barreira física que marcava os limites entre essas margens irreconciliáveis. Indo além, as contribuições que se seguem almejam explorar a vitalidade do espaço mediterrânico durante toda a Idade Média, apontando para os traços de integração e colaboração entre suas margens que a tese de Pirenne silencia ou suprime.

Embora tal dimensão integradora do mar tenha conhecido oscilações, e os poderes decisivos nele manifestos não tenham sido sempre os mesmos, o que verificamos é que o Mediterrâneo medieval se constitui como um espaço de relações sempre presente e importante em todas as suas direções. Se a vitalidade islâmica do Mediterrâneo pode ser verificada com mais facilidade, é importante mostrar aqui que o Ocidente se manteve a ele conectado e que essa relação não esteve limitada às regiões marginais, iluminando fenômenos gerais de grande impacto, como o chamado “crescimento econômico europeu” que se verifica a partir dos séculos XI e XII. O Mediterrâneo reconsiderado é o Mediterrâneo das diferenças e das mudanças, não aquele das rupturas e das fronteiras. O Mediterrâneo medieval é um espaço de relações, de embates e de forte influência sobre os destinos continentais. É também ele que permite que

a história medieval seja contada não como uma história de afastamentos, mas sim como aquela de formas particulares de integração.

O afastamento entre a Idade Média e o Mediterrâneo perpetrado pela historiografia marca nossa imaginação histórica e influencia nossa capacidade de imaginar as relações atuais entre os povos situados em suas diferentes margens. Dessa forma, a segunda pretensão dessa coletânea é expor as razões e os significados da fratura entre as margens do Mediterrâneo e questioná-la a partir da exposição das relações que aí tiveram lugar. A obra pretende oferecer subsídios para a reflexão crítica a respeito das seguintes questões: estamos investidos de uma memória do passado que nos permite abordar de forma qualificada as relações entre o que tratamos de maneira geral como “Oriente” e “Ocidente”? Em que medida a representação da Idade Média – fundamentada na especificidade de credo religioso – como uma realidade fundamentalmente europeia torna absoluta a leitura conflituosa dos contatos entre “Oriente” e “Ocidente”?

O processo de surgimento da Europa figura no senso comum como uma experiência de afastamento entre cristãos ocidentais e cristãos orientais, entre cristãos e muçulmanos, representada, em linhas gerais, pelo deslocamento, a partir do final da Antiguidade, do eixo histórico “europeu” do Mediterrâneo para o mar do Norte e o Atlântico. Essa perspectiva dos fatos situa fora da órbita de interesse do medievalista o estudo minucioso das relações que se dão e se mantêm na bacia do Mediterrâneo durante a Idade Média. É preciso lembrar que a série de afastamentos, e mesmo de rupturas, pressupostos nesse movimento secular é sugerida por uma historiografia marcada pelas políticas de identidade dos séculos XIX e XX, notadamente aquelas relacionadas ao surgimento das nações e dos nacionalismos. Também é preciso somar a essas razões a própria reação a tais conjunturas, da qual os dois conflitos mundiais se originaram. Essas duas tragédias também estiveram implicadas na manutenção da Europa no centro da preocupação de historiadores que olharam para a Idade Média no século XX.

Sem ignorar as razões históricas que justificaram e tornaram urgente a abordagem continental da Idade Média, estabelecendo-a como “nascimento da Europa”, “nascimento do Ocidente” ou simplesmente “cristandade” (e que, não por acaso, vem sendo retomada com força a partir dos anos 2000), esta coletânea pretende chamar a atenção para as razões e implicações do

estabelecimento do período como lugar de memória em que se processa a fratura imaginária decisiva entre as margens do Mediterrâneo. Pretendemos chamar a atenção para o fato de que o Mediterrâneo medieval tem uma história e que seus fatos muitas vezes estão implicados nos destinos dos múltiplos povos e processos históricos que acontecem em seu interior e em suas margens de dimensões sempre variáveis. Para isso, é necessário que o histórico de relações *no* Mediterrâneo e *entre* suas diferentes margens seja resgatado. A reincorporação do Mediterrâneo à memória histórica que temos da Idade Média poderá nos levar a uma compreensão mais profunda do “nascimento da Europa”, do “nascimento do Ocidente” e do que foi a “cristandade”, mas também a uma percepção mais humana da história, uma vez que, no Mediterrâneo medieval, podem ser observadas relações que nossas simplificações tornaram, por muito tempo, insuspeitas.

A trajetória deste livro não poderia deixar de começar pela discussão do problema fundamental: como a história do Mediterrâneo medieval foi escrita ao longo dos séculos e como ela pode ser abordada na atualidade? Indo além, König chega até mesmo a questionar quais seriam os limites geográficos precisos (se é que existem de fato!) desse Mediterrâneo que se busca investigar ou mesmo se seria lícito pensarmos na totalidade dos contatos, trocas e interações entre os povos das diferentes margens do Mediterrâneo como parte de uma unidade “mediterrânica”. O texto de König nos provoca no sentido de refletirmos sobre até que ponto os conflitos das mais variadas naturezas espalhados por esse Mediterrâneo medieval mais afastam do que integram os povos envolvidos, o que faz com que o autor se questione sobre a própria pertinência de pensarmos o Mediterrâneo como um conceito unívoco para o entendimento de realidades tão diversas ou mesmo que seu emprego sugira certo grau de unidade entre diferentes grupos humanos a ponto de fazer obliterar suas singularidades. Trata-se de uma contribuição desafiadora, mas ao mesmo tempo estimulante para também refletirmos sobre o lugar das particularidades, dos conflitos e das separações que caracterizam esse espaço na própria definição dessa história mediterrânica. É uma contribuição teórico-metodológica que, ousando ir além de uma proposta de análise estritamente mediterrânica, propõe-se a ser um exercício de aplicação de perspectivas paradigmáticas simultâneas.

No texto de Daniel König, assim como nos que se seguem, a questão crucial se coloca em torno da averiguação dos diferentes argumentos que sustentam

as fraturas que transformariam o Mediterrâneo medieval em uma grande fronteira cultural e política. Cada texto, à sua maneira, examina e relativiza esse ponto de vista, mostrando que, se afastamentos podem ser verificados, não são a cultura e a religião as responsáveis por isso, mas, sobretudo, as dissensões políticas, os desejos de exercício de um poder hegemônico, aos quais vêm associados muitas vezes interesses econômicos de ordem conflitiva.

O mar é um espaço desafiante. Ele pode volatilizar os critérios tradicionais de análise utilizados pelos historiadores como “poder”, “sociedade” e “cultura” na medida em que relativiza contornos precisos. Isso pode acontecer mesmo com sua dimensão material mais concreta como a geografia. Assim, Stéphanie Guédon provoca no leitor um estranhamento fértil ao confrontá-lo com a herança da geografia mediterrânica legada pela Antiguidade Tardia e utilizada pela Idade Média. O exemplo do norte da África permite que observemos uma geografia original e distante da elaboração de uma fratura entre as margens do Mediterrâneo e a elaboração de uma cisão Leste-Oeste. A autora aborda teses e testemunhos tradicionais revistos pelas descobertas da arqueologia para mostrar como a imaginação romana do espaço mediterrânico norte-africano até os confins saarianos, herdada pela Idade Média, a despeito de suas oscilações e imprecisões, é bem mais integrada ao conjunto do Império do que poderíamos supor.

Nesse momento, as querelas doutrinárias permitem notar, como mostra Robson Della Torre, o quanto, sob a alegação da precisão, repousa, entre as diversas facções – envolvendo grupos culturais extremamente diferentes do Império – o desejo de preservação da *ecumene*, desse referencial de mundo romano que é, essencialmente, entendido por uma perspectiva mediterrânica. Tais querelas, muitas vezes sangrentas, foram o fermento da interação mediterrânica no final da Antiguidade e expõem as relações sustentadas pelo próprio conflito e seus epicentros inscritos com clareza no mapa político e geográfico de um Império que então já se via dividido entre duas cortes com interesses distintos. O Mediterrâneo das querelas doutrinárias, para o autor, é pensado pelos próprios personagens envolvidos como uma unidade em face da qual as contendidas são meticulosamente planejadas, num permanente desejo de supremacia de diversidades regionais sobre um quadro unitário coletivamente desejado, pois é ele que assegura a viabilidade da própria supremacia pretendida.

Olhando ainda para a questão da unidade desse Mediterrâneo tardo-antigo imerso em divisões políticas cada vez mais diversas, Renato Viana Boy relativiza a fratura do mundo que teria se seguido às invasões, dessa vez focando-se no ponto de vista bizantino da presença bárbara na parte ocidental do Império. Sem negar as mudanças, o autor mostra o Império Romano do Oriente reagindo à presença bárbara no sentido de assegurar a continuidade do reconhecimento de sua autoridade em uma visão continuísta moderada, na medida em que o século VI não surge mais como aquele da obsessão da reconquista militar conforme consagrado pela historiografia tradicional.

Observando a questão a partir da expansão islâmica, Petra Sijpesteijn expõe os fatos que comprovam a continuidade da vitalidade do Mediterrâneo na Idade Média para cristãos ocidentais, orientais, mas especialmente para os muçulmanos, mostrando que, contrariamente ao consenso em vigor, o Grande Mar era igualmente importante para todos e que desse reconhecimento decorriam relações importantes entre os três grupos. Contrapondo-se vivamente à tese de Pirenne, a autora apresenta relações intelectuais, técnicas, artísticas e comerciais que conectavam as diferentes margens desse mundo mediterrânico, e também revelando seu papel no estabelecimento de conexões longínquas que chegam à Rússia e ao mar do Norte, à Índia e à China.

Em meio às diferentes histórias do Mediterrâneo, o papado é um poder presente e ascendente. André Miatello acompanha séculos dessa história, mostrando que a fratura mediterrânica da cristandade não se deve primeiramente ao islã, mas à maneira como persiste, por ocasião da expansão islâmica, a vinculação entre querelas teológicas e mudanças geopolíticas. Mostra ainda, por meio da explicitação das relações constantes e nem sempre hostis entre as igrejas que viviam sob a dominação muçulmana e as autoridades locais, bem como entre essas mesmas igrejas e os poderes eclesiásticos consolidados na margem europeia latina (em especial a igreja romana), como a expansão islâmica não foi um fator de divisão e isolamento entre diferentes grupos cristãos medievais e soube lidar com a diversidade e a especificidade locais. Sendo assim, a leitura dominante do islã agressor, intolerante e sectário do cristianismo medieval é tributária da ideologia tecida ao longo dessas querelas internas à cristandade, porém tendo-se consolidado muitos séculos após os eventos. O texto deixa claro que não é o mar que se fecha, mas a política. Deixa claro também uma cristandade mediterrânica

se manifestando até bem tardiamente e lançando para mais tarde a fratura definitiva do Grande Mar.

Ao Império dos interesses comerciais e do conflito entre esferas políticas, Henri Bresc sobrepõe situações em que cristãos e muçulmanos, em suas fés distintas, quando premidos pelo medo dos naufrágios, compartilham angústia e esperança. A fé que já unia nas mesmas naus peregrinos de distintas crenças aparece, aqui, unindo involuntariamente sobre o mar esses homens constrangidos pelas mesmas inelutáveis rotas, pelos mesmos acidentes e ventos que os colocam diante do pavor da morte, e que se exprime em monumentos de súplica e de agradecimento em que têm a oportunidade de se reconhecer mutuamente em uma mesma humanidade.

Stéphane Gioanni observa a expansão dessa mesma Igreja papal, porém dessa vez agindo em uma região usualmente pouco estudada pelos medievalistas, tanto brasileiros como europeus: os Bálcãs. Lugar privilegiado de cruzamentos constantes entre cristãos latinos, bizantinos e muçulmanos, a região assistiu também, no recorte coberto pelo autor, à chegada e/ou ao surgimento de várias novas denominações étnicas, algumas das quais encontram eco ainda no tempo presente, tais como os croatas e os búlgaros. Pensando a consolidação dessas novas entidades étnico-políticas à luz do cenário mediterrânico, o autor mostra como esses povos se valeram de alianças e conflitos entre atores políticos das mais variadas margens do mar em sua luta por reconhecimento e integração. De igual modo, ele traz à tona o peso dos debates nacionalistas na região ao longo do século XX que ajudaram a obliterar as conexões mediterrânicas dos povos da região no período medieval, algo que só mais recentemente tem sido colocado em discussão, em grande medida também graças aos esforços arqueológicos empreendidos nas últimas décadas por equipes transnacionais.

As cruzadas são um grupo de fenômenos que, observados em bloco, parecem se configurar como o ponto máximo de hostilidades religiosas seculares incontornáveis entre cristãos e muçulmanos. A história dos cavaleiros templários – comprometidos com a proteção dos peregrinos na rota que leva à Terra Santa – em princípio confirma essa percepção. Bruno Tadeu Salles, porém, olha a Ordem do Templo a partir da concretude das demandas impostas por sua forma de organização material. Do ponto de vista da aquisição e da exploração de seus patrimônios fundiários, vemos a Ordem emergir simultaneamente ocidental e oriental, guerreira e monástica, religiosa

e comercial. O autor mostra como o sistema de comendadorias implantado pelos Templários foi capaz de estabelecer uma rede bem articulada de bens e autoridade no Mediterrâneo seguindo não apenas o caminho das cruzadas, mas também aquele das rotas e práticas comerciais preexistentes.

Encerrando a coletânea, Néri de Barros Almeida apresenta um balanço da problemática das relações entre Ocidente e Oriente à luz do modelo de uma Idade Média exclusivamente continental chegando à raiz de valores contemporâneos mobilizados em querelas de forte inclinação ideológica que se sustentam sob o discurso do “choque de civilizações” que advoga a existência de barreiras culturais insuperáveis entre cristãos e muçulmanos.

Como se pode observar, a coletânea reúne autores tanto nacionais quanto europeus que possuem diferentes especializações. Longe de ser um problema, acreditamos que tal pluralidade é fundamental não só para tentarmos abarcar, no espaço restrito de uma coletânea, a maior variedade de recortes cronológicos, geográficos, religiosos e políticos dentro desse Mediterrâneo, mas também para refletirmos, por diferentes ângulos, sobre a pertinência do próprio corolário conceitual empregado pelos medievalistas na atualidade, seja ele mais condizente com os limites tradicionais de uma história medieval continental, essencialmente europeia e à qual Bizâncio e o islã se ligam de forma marginal, seja ele esse escopo mediterrânico, integrador das diferenças, que defendemos aqui. Não queremos em absoluto impor um novo modelo de análise como hegemônico, porém, advogando sua pertinência, esperamos poder contribuir para o debate no sentido ao menos de promover um alargamento de perspectivas que chame a atenção dos leitores para aspectos dessa história.

CONCEITUALIZANDO A “HISTÓRIA
DO MEDITERRÂNEO”: PERSPECTIVAS
MEDIEVALÍSTICAS SOBRE UMA
CATEGORIA MULTIFACETADA*

Daniel G. König

A presente contribuição analisa a funcionalidade de diferentes abordagens da história do Mediterrâneo, o tópico central deste volume. Vários campos da historiografia enfatizam o Mediterrâneo em termos de uma região geográfica sem se sentir obrigados a oferecer uma definição ampla do que é o “Mediterrâneo” nessa história. Se não cai na armadilha de formular um tipo particular de “mediterraneanismo” essencialista, o paradigma mediterrânico, tal como usado hoje, geralmente cumpre a função de desconstruir fronteiras e de ressaltar espaços compartilhados e transculturais em uma região marcada por dicotomias religiosas e culturais em várias fases de sua história. Esta contribuição almeja analisar se é necessário se alinhar a uma única abordagem paradigmática do Mediterrâneo e questionar se não seria produtivo observar o Mediterrâneo medieval a partir de várias perspectivas paradigmáticas ao mesmo tempo. De início, o capítulo traça rapidamente o surgimento do paradigma mediterrânico e discute suas implicações ideológicas. A seguir, dedica-se a teorizar sobre vários entendimentos paradigmáticos da história do Mediterrâneo medieval. Em um primeiro momento, ele opõe à história de três órbitas culturais, cada uma baseada em raízes comuns, mas que se desenvolvem de forma independente, uma história de intensa interação transcultural. Em

* Tradução de Robson Della Torre.

um segundo momento, justapõe a história dos assim chamados choques civilizacionais a uma história de coabitação mais ou menos harmoniosa. Eventualmente questionando a categoria de “história do Mediterrâneo” por completo, o capítulo termina com algumas reflexões finais sobre como os historiadores devem lidar com tais histórias aparentemente irreconciliáveis.

A EMERGÊNCIA DE UM PARADIGMA

Historiadores da Grécia e da Roma antigas, do cristianismo primitivo e tardo-antigo, da Igreja, da história econômica, das relações entre cristãos e muçulmanos, da navegação e do comércio marítimo, de Bizâncio e do islã, das translações greco-árabe-latinas, das Cruzadas etc., todos concebem o Mediterrâneo como uma região central para seus esforços investigativos.¹ A maioria desses campos pode atingir seus objetivos de pesquisa sem prover uma definição ampla do que seja o “Mediterrâneo”. Ele simplesmente representa o palco geográfico no qual atores humanos de diferentes origens e aparatos mentais desenvolveram suas atividades.

Seria injusto afirmar que os contemporâneos dos períodos antigo, medieval e da primeira modernidade não tinham qualquer concepção sobre o Mediterrâneo. A denominação romana *mare nostrum* ou o termo árabe-islâmico *baḥr al-Rūm*, isto é, o “mar dos romanos/bizantinos”, revelam uma concepção cultural desse mar semifechado.² No entanto, o Mediterrâneo como categoria cultural e como paradigma de pesquisa parece ter surgido no período entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Nesse período, o antropólogo italiano Giuseppe Sergi teorizou a existência de uma “raça mediterrânica” em um livreto difundido em italiano, inglês e alemão,³ ao mesmo tempo que esforços investigativos de pesquisadores franceses no Egito, na Argélia e na Moreia⁴ resultaram naquilo que Marie Noëlle Bougard, Bernard Lepetit, Daniel Nordmann e Maroula Sinarellis denominaram *l’invention scientifique de la Méditerranée* [a invenção científica do Mediterrâneo].⁵

Desde o extremo fim do século XVIII em diante, incursões colonialistas em sociedades adjacentes ao Mediterrâneo aumentaram consideravelmente o interesse público e acadêmico europeu sobre sociedades em suas margens austral e oriental. Uma forma “orientalista” de pensamento impregnou muito desse

interesse e dessas atividades resultantes, e claramente atribuiu um papel ativo aos colonizadores observadores e um papel passivo aos colonizados observados.⁶ Contudo, esse interesse europeu se tornou recíproco, por exemplo, nos escritos de autores árabes e otomanos como Rifā‘at al-Ṭaḥṭāwī e Ḥayr al-Dīn al-Tūnisī no fim do século XIX, Ṭāhā Ḥusayn ou Sayyid Quṭb no começo do século XX, para nomearmos uns poucos. Esses escritos comprovam um enorme interesse em compreender e conceitualizar a modernização das sociedades europeias, seu engajamento colonial no Mediterrâneo, bem como a posição e o papel das sociedades mediterrânicas do Sul e do Oriente nisso tudo.⁷ A justaposição de escritos europeus, árabes e otomanos produzidos no século XIX e no início do século XX mostra que intelectuais em diferentes partes do Euromediterrâneo entendiam o Mediterrâneo de forma diferente – pode-se contrastar ambientes intelectuais na Grã-Bretanha, na Grécia e no Egito. Além disso, não é preciso dizer que diferentes sociedades que margeiam o Mediterrâneo nesse período eram motivo de atração e de interesse por razões diversas – por exemplo, França, Argélia e Palestina. Mesmo assim, esse interesse intensificado produzido pela atividade colonial parece ter feito emergir uma concepção culturalista sobre o Mediterrâneo, isto é, o nascimento do paradigma mediterrânico que também está em questão neste volume. Não devemos exagerar a relevância desse conceito, já que ele existe, e continua a existir, lado a lado com alternativas racistas, civilizacionais, nacionalistas, religiosas, linguísticas, bem como outras variantes de classificação de fenômenos mediterrânicos.⁸

Uma conceituação paradigmática do Mediterrâneo se constrói sobre três premissas formuladas nos campos da geografia cultural, da antropologia e da história. Destacando as coordenadas espaciais da atividade humana, a geografia histórica propôs a ideia de que paisagens marítimas produzem um impacto modelar na fábrica social de sociedades adjacentes. Dessa forma, ela encoraja a busca por fenômenos sociais paralelos em sociedades que margeiam o Mediterrâneo.⁹ Alguns ramos da antropologia empreenderam essa busca, ressaltando paralelos nas práticas culturais de diferentes regiões que margeiam o Mediterrâneo.¹⁰ A pesquisa histórica, por sua vez, contribuiu para a emergência do paradigma mediterrânico ao destacar a interconectividade das sociedades mediterrânicas. Nesse contexto, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* [“O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II”], de Fernand Braudel, é geralmente considerado como uma realização

pioneira.¹¹ Isso tem pouco a ver com seu foco no Mediterrâneo como uma área de interação e trocas – nenhum historiador do Império Romano teria achado isso particularmente surpreendente. Seu trabalho é singular porque define a conectividade mediterrânica como um aspecto característico da primeira modernidade, um período que está habitualmente associado a uma forte clivagem religiosa, cultural e política no Mediterrâneo. Esta última se expressa, dentre outras coisas, na expulsão dos judeus e mouriscos da Espanha e na tomada das margens oriental e austral do Mediterrâneo pelos otomanos.

Inicialmente um tanto independente dos esforços de Fernand Braudel, certo número de historiadores medievalistas do século XX investiu uma energia considerável para entender a interconectividade das sociedades mediterrânicas pós-romanas. No século XX, muito desse debate acadêmico girou em torno da chamada “tese de Pirenne”, ou seja, da proposta de Henri Pirenne de que a expansão árabe-islâmica dos séculos VII e VIII representou o fim da Antiguidade romana e anunciou uma nova divisão cultural entre o Mediterrâneo dominado pelos muçulmanos e o novo epicentro cultural ao norte dos Alpes.¹² Somente nos últimos anos, isto é, nos primeiros anos deste milênio, o legado de Braudel deu ensejo a esforços historiográficos amplamente observados de colocar o Mediterrâneo no centro das investigações históricas. Alguns deles ainda discutem as proposições de Pirenne, bem como suas contribuições à história da escravidão e da diplomacia alto-medievais e enfatizam a conectividade mediterrânica, até mesmo na sequência da expansão árabe-islâmica.¹³ *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean, 400-800* [“Moldando a Alta Idade Média. A Europa e o Mediterrâneo, de 400 a 800”], de Chris Wickham, por sua vez, descreve a fragmentação do Império Romano como um longo processo de regionalização socioeconômica que afetou todas as sociedades ao redor do Mediterrâneo.¹⁴ O Mediterrâneo como tal somente assumiu o centro das discussões quando Peregrine Horden e Nicolas Purcell publicaram *The corrupting sea*. Neste livro, eles reforçam e desconstruem a categoria de história do Mediterrâneo de igual forma: focando-se em mecanismos de conectividade mediterrânica na Antiguidade e na Idade Média, eles endossam e rejeitam, ao mesmo tempo, a ideia de uma esfera mediterrânica entendida em termos de um conglomerado de nichos microecológicos conectados.¹⁵ A seguir, David Abulafia empreendeu um considerável esforço para aplicar a ideia de conectividade para todo o período

de atividade humana no Mediterrâneo, desde os mais tenros primórdios até nossa época.¹⁶ A interpretação paradigmática do Mediterrâneo como um – em maior ou menor escala – mar conector se tornou tão popular que não só tem sido comentada repetidas vezes¹⁷ como também foi aplicada a outras paisagens marítimas, agindo o Mediterrâneo como uma espécie de modelo de como um espaço marítimo cercado por terra afeta as sociedades ao seu redor.¹⁸

Esse panorama bastante preliminar nos permite tirar três conclusões. Em primeiro lugar, o engajamento acadêmico com a história do Mediterrâneo nunca dependeu da existência ou do uso de um paradigma mediterrânico. Por séculos, pensadores escreveram, e continuam a escrever, sobre aspectos da história do Mediterrâneo sem refletir sobre o Mediterrâneo como uma categoria cultural. Em segundo lugar, o foco público e acadêmico no Mediterrâneo como uma órbita cultural particular não cresceu de forma contínua ao longo do último século, mas alcançou um alto grau de intensidade em momentos e contextos particulares. Terceiro, embora a categoria “história do Mediterrâneo” seja construída sobre uma categoria geográfica aparentemente neutra, o paradigma mediterrânico, de um ponto de vista ideológico, não é tão inocente quanto parece à primeira vista.

UM CAMPO DE PESQUISA ONDE DICOTOMIAS SE ENCONTRAM

De fato, a história do Mediterrâneo representa um campo de investigações dominado por disputas acerca da relevância de fronteiras reais ou imaginadas e de categorias e terminologias apropriadas para lidar com elas. O Mediterrâneo parece ser um lugar onde dicotomias se encontram: “Ocidente e Oriente”, “Norte e Sul”, “islã e cristandade” são pares contrastantes que têm sido acalentados por séculos. Pode-se assumir que uma perspectiva mediterrânica abarca e, assim, desmonta essas fronteiras e dicotomias reais ou imaginadas. No entanto, esse não é necessariamente o caso. Pode-se escrever a história do Mediterrâneo por uma perspectiva colonialista, orientalista, racista, nacionalista, culturalista ou civilizacional que ressalte fronteiras e estabeleça hierarquias de julgamento entre diferentes coletividades humanas. De igual modo, pode-se entender o Mediterrâneo a partir de um ponto de vista contrastante que reaja contra e conscientemente desconstrua as fronteiras

e hierarquias postuladas, por exemplo, apontando as múltiplas ocorrências daquilo que foi chamado “mediação cultural” ou “hibridização”. Ao usar os prefixos “pós” e “trans”, os epítetos dados a essas abordagens alternativas, isto é, “pós-colonial” ou “transcultural”, enfatizam sua pretensão de ter superado concepções mais antigas e quase ultrapassadas.¹⁹ Contudo, ao formular essa pretensão, seu legítimo apelo para uma maior precisão acadêmica em termos de cultura reforça, ao invés de conciliar, divisões entre abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas ou, colocado de forma polêmica, entre “essencialistas culturais” de um lado e “relativistas (trans) culturais” de outro. As trincheiras entre essas duas posições são profundas, dado que ressoam no clima geopolítico do início do século XXI. Alguns pensam que este último é marcado por dicotomias culturais e religiosas expressas em várias formas de intolerância, incluindo terrorismo, xenofobia e dúvidas crescentes sobre a possibilidade de implementar modelos sociais construídos sobre ideias de pluralismo cultural e religioso. Outros o concebem como o período em que as migrações em massa e a resultante diversificação cultural das sociedades cada vez mais globalizadas irão, de uma forma ou de outra, suavizar ou até mesmo obliterar divisões entre “o Norte global e o Sul global”, “o Oriente e o Ocidente”, ou entre “o islã e o Ocidente”. Se entendidas como reações eminentemente contrárias à leitura da história de um ponto de vista essencialista, ou mesmo em termos de um “choque de civilizações”, as abordagens pós-colonial e transcultural não podem oferecer uma base comum para diferentes modos de compreender a história do Mediterrâneo.

Diante desse cenário, historiadores do Mediterrâneo medieval inevitavelmente enfrentam um dilema. Eles não podem evitar lidar com importantes, às vezes extremas, manifestações de antagonismo cultural e religioso, incluindo interdições de casamento, polêmicas inter-religiosas, aspectos étnicos da escravidão, massacres, propaganda cruzadista, o chamado pela *ğihād*, martírio inspirado pela religião, a Inquisição etc. Como eles podem conciliar tudo isso com abordagens que realçam a permeabilidade e a flexibilidade dos sistemas culturais, que, assim, relativizam a rigidez de sistemas normativos baseados na religião e que parecem ser tão típicos das sociedades do Mediterrâneo medieval e de suas histórias? Acaso historiadores do Mediterrâneo medieval precisam se decidir entre uma representação histórica estruturalista “essencialista” e outra pós-estruturalista “relativista”?